

CALHA NORTE

Waimiri/Atroari: Uma experiência ilustrativa

A experiência vivida pelos Waimiri/Atroari nos últimos vinte anos aqui, próximo ao Norte de Manaus e Sul de Roraima, na Calha Norte, embora não se localize na faixa de fronteira - é muito ilustrativa para nos iluminar a visão do futuro que se prepara para as populações, sobretudo indígenas, agora em escala bem mais ampla através do Projeto Calha Norte.

Tudo iniciou com o controle pelos militares e FUNAI, do território, do movimento dos índios e das informações.

Seguiu-se a execução de grandes projetos oficiais; rodovia BR 174, Hidrelétrica de Balbina que desalojam o índio e abrem as portas para a entrega do solo e do subsolo ao capital multinacional: Paranapanema, BRASCAN, Aura, Best/ Sabba, Meguimbras, PRAMA, Engemix, Caiporé e outras.

A presença militar e da FUNAI na área Waimiri/Atroari, representou mais garantia para as terras, para a vida física e cultural desse povo? É por aí que começamos a avaliar os reais benefícios que um projeto pode levar para determinada região.

A estrada BR-174 e o processo de atração

Vejamos:

Para decepção de roraimenses e manauaras, não foram as seculares aspirações populares, de verem Boa Vista ligada a Manaus, por rodovia, o motivo que impulsionou decisivamente a construção da rodovia Manaus-Cacarahá, mas sim os interesses ligados à exploração dos recursos minerais e energéticos (Jazidas do Pitinga e Balbina).¹ Por isso mesmo, também as populações já estabelecidas ao longo da futura rodovia em nenhum momento foram consultadas e respeitadas nos seus direitos como imemoriais donos daquelas terras.

Tudo começou exatamente como iniciou o projeto Calha Norte. Elaborou-se um plano nos gabinetes de Manaus e Brasília, mantendo sigilo a respeito dos reais objetivos do projeto, mas evidenciando aqueles que pudessem ter respaldo popular.

Em fins de 1968 instalou-se um posto militar no Igarapé Santo Antônio do Abonari, que passou a controlar até hoje, juntamente com a FUNAI, os movimentos, a vida e os próprios destinos das populações estabelecidas na região onde se localizam os interesses do capital multinacional, objetivo verdadeiro da estrada.² A partir dessa data, poucas pessoas tiveram acesso aos reais acontecimentos na região. Tudo passa pelo crivo da FUNAI e do 6º BEC, que interpretam diante da opinião pública os fatos e

e qualificam as reações populares - sobretudo dos Waimiri/Atroari. Estes passam para as páginas dos jornais como brutais e cruéis massacres de "indefesos" funcionários do Governo, envolvidos na patriótica obra da estrada que ligará Manaus a Caracarái.

Houve funcionários da FUNAI e do Comando Militar da Amazônia que se deram conta de sua missão.

Assim, Apoena Meirelles, coordenador da Frente de Atração Waimiri/Atroari, em 1975. "Hoje em dia vamos em missão de paz (dizia ele ao Jornal Opinião - 17.1.75), de amizade com os índios, mas na verdade estamos é trabalhando como ponta-de-lança das grandes empresas e dos grupos econômicos que vão se instalar na área. Para o índio fica difícil acreditar em missão de paz se atrás de você vem um potencial de destruição ecológica".³

A população Waimiri/Atroari entre 1968 e 1972 foi, unânime e repetidas vezes, estimada pelos órgãos que tiveram acesso à região em 3.000 pessoas. Entre 1972 e 1975 essa estimativa cai bruscamente para menos de 1.000 pessoas, sem que tenha sido notificada, oficialmente, alguma epidemia grave ou outro motivo que estivesse na raiz desta drástica redução da população. Nenhum óbito foi registrado pela FUNAI ou 69 BEC. Oficiosamente correm até hoje notícias de índios Waimiri/Atroari eliminados por superdoses de vacinas, por bombardeios, eletrocutados, metralhados.

Genericamente, alguns funcionários se referem ao extermínio desses índios. Assim Milton Lolli, funcionários da FUNAI, declarava à "A Crítica", 4.3.75: "Os índios Waimiri/Atroari hoje, vivem de forma aleatória, e essa situação complicou-se mais ainda devido unicamente aos processos de pacificação impostos pela FUNAI, que não oferece às tribos as mínimas condições de sobrevivência, pelo contrário, está levando-os ao extermínio".⁴ E Apoena Meirelles, à mesma época declarava: "Os Waimiri/Atroari tombaram no silêncio da mata e foram sutilmente enterrados e esquecidos no espaço e no tempo".⁵ Mais recentemente um ex-oficial do Comando Militar da Amazônia, sob o título "O pajé da beira da Estrada" relata as memórias na construção da BR-174. Dedicou o livro "ao anônimo irmão Waimiri/Atroari, cujo cadáver mal-enterrado deparamos, muitas vezes, pela frente".⁶

Sebastião Amâncio da Costa, atual Superintendente da FUNAI da 5ª SUER, em estranha e surpreendente entrevista ao jornal "O Globo" no dia 6.1.75, quando foi indicado para coordenador da Frente de Atração Waimiri/Atroari em substituição a Gilberto Pinto, morto no Posto de Atração Abonari II, declarou que usaria armamento, incluindo dinamite, granadas, bombas de gás lacrimogênio e rajadas de metralha-

doras contra os Waimiri/Atroari, como "demonstração de força dos civilizados".

Na verdade, Amâncio apenas tornava público o conteúdo de um documento, fruto de uma reunião e acordo feitos no km 220 da BR-174 no dia 21 de novembro de 1974 (pouco mais de um mês antes das declarações de Amâncio), entre a FUNAI e o 6º Batalhão de Engenharia e Construção, documento que leva o timbre do Comando Militar da Amazônia e a assinatura do General Gentil Nogueira Paes.⁷

Um dos problemas de Projetos como o Calha Norte, planejados e executados à margem da comunidade nacional, é a provocação de reações imprevisíveis na população indígena atingida. E como agirá então uma pessoa mais treinada nas armas do que no estabelecimento de laços de amizade entre pessoas?

Entre os anos de 1968 e 1975 desapareceram pelo menos 5 aldeias à volta do Posto de Atração da FUNAI, localizado na foz do Santo Antônio do Abonari. Afora as aldeias arredias não relacionadas, sumiram do mapa as aldeias: Capitão Canori, Capitão Coroinha, Capitão Abonari, Capitão Manoel e Capitão Pedro.⁸ Todas estas na área que vai ser inundada pelo lago de Balbina, projetado a partir de 1968. Na região onde hoje se localizam as instalações da Mineração Taboca, a sudeste da Cachoeira Criminosa, desapareceram 9 aldeias aerofotografadas em 1968 pelo Padre Calleri.⁹ À direita do médio Alalaú desapareceram em 1974 pelo menos 3 aldeias. E uma, no baixo Alalaú.

História do minério

A história da pesquisa e exploração de minérios estratégicos na Reserva Waimiri/Atroari remonta aos idos de 1944. E a única resistência organizada contra o saque desse patrimônio popular, foi oferecida pelos índios Waimiri/Atroari.

No segundo semestre de 1944, o Exército Americano encarregou o "4 th Photo Charting Squadron"¹⁰ para fazer o levantamento aerofotogramétrico de alguns rios Amazônicos, entre eles o Alalaú, o Alto Uatumã e afluentes. Para fazerem o serviço de terra foram auxiliados por funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

No dia 5 de outubro de 1944, os Waimiri/Atroari surpreenderam dois oficiais norte-americanos, o Tenente Walter Willianson e o sargento Baitz, fazendo as suas observações na Cachoeira Criminosa do rio Alalaú e os mataram juntamente com os seus guias brasileiros, à exceção de um só.

Não foi a única expedição norte-americana que objetivou aquela região. Nos inícios de 1969, Mário de Aratana, enviado especial do Jornal do Brasil, levantou dados a respeito de uma expedição da Missão americana "Origin Unevangelized Field Mission", mais conhecida como Cruzada de Evangelização Mundial, ou Missão Evangélica da Amazônia, a qual partiu em março de 1968 de Georgetown para Lethem na Guiana, desceu pelos rios Tacutu e Alalaú, atingindo Manaus. O Sr. Gama Malcher, então diretor do Departamento do Patrimônio Indígena, considerou, na oportunidade, essa missão muito suspeita, pois além do mais, dizia ele, "a Cruzada contava com a cobertura da Missão Asas de Socorro, que tem sido apontada como acobertadora do contrabando de minérios".¹¹

A seleção dos rios Alalaú e Alto Uatumã, onde se localizam as minas do Pitíngua, possivelmente a maior jazida de columbita-tantalita do mundo, certamente tinha a ver com esse minério estratégico. Dela estão sendo extraídos, entre outros, o pentóxido de nióbio e o pentóxido de tântalo, este último especialmente cobiçado por se tratar de metal de grande resistência com aplicação na construção de mísseis e na fabricação da memória de computadores.

O quilo deste metal valia em 1985 US\$110. Possivelmente para as receitas do povo brasileiro é vendido a preço de cassiterita, ou seja, aproximadamente US\$ 5 por quilo.¹²

A Empresa de Mineração Paranapanema S.A. foi a primeira de uma série de pelo menos 11 do gênero, com pretensões dentro da área dos Waimiri/Atroari, que se instalou efetivamente dentro dos territórios desses índios. A sua entrada se deve a uma série de tramais ilegais a que o seu diretor Otávio Lacombe chama de "espaço que conquistou através da lei".¹³

No dia 31.1.79, um mês antes de deixar o Ministério de Minas e Energia, o Ministro Shigeaki Ueki concedeu à Paranapanema, 5 (cinco) alvarás de Autorização para "pesquisar cassiterita em terrenos devolutos, no lugar denominado cabeceiras do rio Uatumã, distrito e município de Novo Airão".¹⁴ Conferindo e comparando os memoriais descritivos desses alvarás com o memorial descritivo da Reserva Waimiri/Atroari, criada pelo decreto nº 68.907/71, consta que esses alvarás incidem em 80% na Reserva Indígena. Portanto, não se tratava de "terrenos devolutos".¹⁵

Todos os organismos oficiais ligados à questão, Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional de Produção Mineral, Fun-

dação Nacional do Índio, estavam plenamente conscientes de que a Paranapanema já estava então em situação ilegal, atuando dentro da Reserva Waimiri/Atroari. Além do mais, diversas entidades, como o CIMI e Grupo Kukuro de Apoio ao Índio e até o Tribunal Russel, "refrescavam" constantemente a memória do Governo e da opinião pública a respeito.

Conseguidos os alvarás, tratava-se agora de "conquistar o espaço pela lei". Efetivamente, a Paranapanema conseguiu os seus intentos cooptando altos funcionários da FUNAI, (incluindo o seu presidente Paulo Leal), que chegaram a fabricar milagres, como a transferência do rio Uatumã para quase 50 km do seu curso normal, ou seja, batizaram o Uatumã de Pitinga e emprestaram o nome "Uatumã" a um igarapé que até então, de acordo com os mapas do IBGE, era apenas um anônimo afluente do igarapé Santo Antônio do Abonari.¹⁶

Fundamentado nesta e noutras tramas semelhantes, o ex-presidente João B. Figueiredo assinou o decreto nº 86.630/81 que declara "interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas" a área Waimiri/Atroari.¹⁷ Na verdade, o conteúdo verdadeiro do decreto é bem diverso: declara desmembrada para os interesses da Empresa de Mineração Paranapanema e para a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Balbina, a parte leste da Reserva, ou seja, aproximadamente 526.000 ha, declara ainda extinta toda a Reserva Waimiri/Atroari, que passa a ser área temporariamente interditada. Portanto, se trata de uma espécie de retroação da lei.¹⁸

Mas nem com isso a ganância e a voracidade da Paranapanema estavam satisfeitas. Menos de um mês depois de receber tão generoso presente, no dia 21.12.81, a empresa deu entrada na FUNAI com pedido "para a construção e utilização, em caráter privado e excluído, de uma estrada para introduzir maquinaria de grande porte. A Rodovia... ligará as áreas de interesse da requerente à Rodovia Manaus-Caracará e atravessará a área interditada".¹⁹

Tudo isso, entretanto, era mera formalidade. Quando o pedido começou a tramitar na burocracia da FUNAI, a Empresa já abrira a picada pela área indígena até o Igarapé Tiarajú. E antes de firmar um acordo totalmente ilegal com a FUNAI para a abertura da estrada, esta já estava pronta. Hoje, uma empresa de segurança, a serviço da Paranapanema, controla essas terras da União, com efetivos em armas e homens, igual ou até superior ao Exército, o qual assiste, marginalizado e humilhado os novos fatos que comandam a região. Pelo menos três postos de controle a empresa possui, dentro das terras inalienáveis da União, ou seja, na área indígena.

Em novembro de 1985,²⁰ a FUNAI elaborou um novo mapa dos limites da área Waimiri/Atroari. Esse mapa viola novamente o decreto mais recente a respeito dos limites da área indígena e dá à Paranapanema acesso ao Vale do Alalaú, razão porque a "veia aorta" (o Alalaú) da área Waimiri/Atroari vem sendo totalmente poluída. Esse novo atentado à área indígena compromete particularmente o Sr. Sebastião Amâncio, Superintendente da 5ª SUER da FUNAI. Amâncio participou naquele mesmo ano de um Grupo de Trabalho²¹ do qual igualmente participamos. Este grupo se posicionou unanimemente contra o acesso da Empresa de Mineração ao Vale do Alalaú, tanto porque isto violaria mais uma vez a lei, quanto para preservar as águas do Alalaú da poluição. Trata-se, portanto, de uma decisão do Superintendente e do Presidente da FUNAI, contra as suas assessorias, especialmente convocadas para esse serviço. É óbvio que ações dessa natureza e irresponsabilidade não se fazem gratuitamente...

O processo de retirada ou expulsão dos índios Waimiri do Vale do Uatumã desencadeado em 1968, em vista do futuro reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, e que agora está se completando com a transferência das duas aldeias remanescentes, não foi menos cruel e obedeceu igualmente a tramas ilegais.²²

Bloqueio da História

O controle da área por parte do 6º BEC e da FUNAI, impediram o acesso de outras entidades para o desenvolvimento de pesquisa na busca da verdade a respeito do desaparecimento quase súbito de mais de 2.000 Waimiri/Atroari de 1972 a 1975. Além disso, a FUNAI não tem desenvolvido, até o momento, nenhuma experiência de alfabetização, mediante a qual os próprios índios pudessem comunicar sua história recente. Por solicitação insistente dos índios da Aldeia Yawará, quando participamos do supra-citado Grupo de Trabalho, a FUNAI permitiu a nossa presença naquela comunidade, durante 15 meses, durante os quais alfabetizamos na língua materna, quase toda a comunidade.²³

A aldeia é formada por 31 pessoas, sobreviventes de 4 aldeias que desapareceram na margem direita do Alalaú. A pessoa mais velha não chega a 40 anos. Todas as pessoas de mais de 10 anos, menos duas mulheres, que são irmãs, não têm mais pai e nem mãe. Morreram na guerra de resistência. As duas irmãs só têm a mãe viva. Todas as crianças de 4 a 10 anos são órfãs de pai e mãe. Seus pais morreram de sarampo, abandonados criminosamente pela FUNAI à beira do BR-174, no km 292.

À medida em que a aldeia se foi alfabetizando, as pessoas

começaram a revelar mediante desenhos e pequenas frases a história recente do povo.²⁴ Tivemos assim as primeiras notícias contadas por eles mesmos a respeito de como desapareceram tantos Waimiri/Atroari em tão pouco tempo. Um contou como o seu pai foi metralhado quando foi fazer uma visita a um acampamento dos construtores da rodovia. Outro contou que o pai o abandonou no caminho enquanto fugiam no rumo da aldeia de Wanakta. Foi desfalecendo, mortalmente ferido à bala quando a aldeia foi atacada por civilizados. Forneceram-nos a relação nominal de 46 parentes mortos, depois que um avião passou em pleno meio-dia, de setembro de 1974 e jogou um estranho gás que asfixiou, quase que instantaneamente a todos, menos um. Lamentavelmente a revelação dessa incômoda história foi incomodando a FUNAI, o 6º BEC, a Empresa de Mineração Taboca e a ELETRONORTE e no dia 4 de dezembro/86, fomos retirados pelo Sr. Superintendente da FUNAI da aldeia Yawara e substituídos por um casal de norte-americanos da Origin Unevangelized Field-Mission, ou MEVA, exatamente aquela que foi citada no início desta exposição e que vem sendo anualmente, pelo menos desde 1969, objeto de graves denúncias, sem nunca ter dado satisfação a uma só. Assim, foi interrompido um caminho que possivelmente traria muita luz a respeito da História de um povo, que no presente e no futuro, é e será um exemplo de resistência e defesa da soberania do Estado do Amazonas e da Nação Brasileira, contra a já tradicional política daqueles que o consideram apenas um "vazio demográfico", objeto de saque.

Receamos, portanto, com razões documentadas e fundamentadas em fatos recentes, que o controle das áreas indígenas de fronteira, entregue a homens mais treinados no uso das armas de fogo, do que na compreensão das riquezas humanas, escondidas numa experiência de vida comunitária imemorial e de culturas que se criaram e desenvolveram naquele ambiente e geografia, possam ser sufocadas e varridas do mapa, pelo projeto Calha Norte, como o foram dezenas de aldeias de Waimiri-Atroari, após a instalação do quartel do Abonari, da construção de obras públicas na região, como a BR 174 e a Usina Hidrelétrica de Balbina e a instalação ilegal da Mineração Taboca nas terras desses povos. E afinal, a requisição total do território desses índios, por alvarás de pesquisa e mineração por duas ou três dezenas de multinacionais, a quem se transferirá conseqüente e inevitavelmente a riqueza do solo e subsolo.²⁵

Lamentavelmente, a presença das Forças Armadas e da FUNAI e da Eletronorte, na área Waimiri/Atroari não representou para estes mais garantia para as suas terras, mais proteção às suas vidas e mais vigor para a sua cultura. Tememos que essa história humilhante se repita durante a execução do Projeto Calha Norte.

BR-174, Km 107, 3 de julho de 1987

Egydio Schwade

Referências bibliográficas

- 1) - Mauro Carijô, Cel. - Carta de 30.7.67
- 2) - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/1973
- 3) - Opinião, Rio de Janeiro, 17.1.75
- 4) - A Crítica, Manaus, 4 e 5.3.75.
- 5) - Opinião, Rio de Janeiro, 17.1.75.
- 6) - Altino Berthier Brasil, Gal. "O Pajé da Beira da Estrada", Porto Alegre/1986
- 7) - Comando Militar da Amazônia - Paes, Gentil Nogueira, Gen. Brigada Constr. do 2º Gpt. e Constr. "Trabalho na BR-174", Manaus, 21.11.74
- 8 - Fundação Nacional do Índio, Postos Indígenas da FUNAI-BSB/1974
- 9 - Calleri, João, Pe. "Pacificação Índios Waimiris e Atroaris - Projeto de Trabalho", Manaus 6.8.68
- 10) - Vinton Chapin, "Memorandum", 9.11.44 e Serviço de Proteção aos Índios, Relatório de 1945.
- 11) - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10.12.68
- 12) - Jornal do Comércio, Manaus, 17.10.85
- 13) - O Estado de São Paulo, São Paulo, 24.2.85
- 14) - Ministério das Minas e Energia, "Alvarás nºs 459, 460, 461 e 462, BSB, 31.1.79
- 15) - Diário Oficial. Decreto nº 68.907/71, de 13.7.71, BSB 14.7.71
- 16) - Heracleto Cunha Ortiga/FUNAI, Of. 1451/80 de 18.5.80
- 17) - Diário Oficial. Decreto nº 86.630, de 23.11.81, BSB 25.11.81
- 18) - Schwade, Egídio - "As Terras Waimiri/Atroari no ciclo do Minério", Presidente Figueiredo, 21.4.85
- 19) - Felisberto Ascenção Damaceno - "Ação Cautelar Inominada", BSB, 18.12.85
- 20) - FUNAI/ DPI - Mapa da Área Indígena Waimiri/Atroari, BSB, 13.11.85
- 21) - Gerson da Silva Alves, Portaria nº 1901, BSB, 12.7.85
- 22) - Schwade, Egydio, "Hidrelétrica de Balbina contra Índios e Lavradores", Presidente Figueiredo, BR. 174 - 23.8.84
- 23) - Schwade, Egydio, "Relatório 1ª Experiência de Alfabetização entre os Waimiri/Atroari", Pres.Figueiredo, 15.12.86
- 24) - Contribuições diversas dos Atroari da aldeia Yawara, 1985 e 1986
- 25) - Centro de Documentação e Informação e Comissão Nacional dos Geólogos. Mapa dos Interesses de Exploração Mineral incidentes na área Indígena Waimiri/Atroari, São Paulo, 1986.